



Parecer Final de Regularidade, Contrato e Termo Aditivo

Processo Administrativo nº 089/2015

Processo de Dispensa de Licitação nº 7/2015-SEMAS

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 20150424

O Sr. **Salomão dos Santos Matos**, brasileiro, casado, advogado, OAB/PA 8657, CPF/MF 381.312.772-91, residente e domiciliado na Rua João Balbi, 1343-A, bairro São Brás, Belém, PA, CEP 66060-565, Coordenador do Controle Interno do Município de Tracuateua, Estado do Pará, nomeado nos termos da Portaria nº 021/GP/PMT/2015, de 29 de abril de 2015, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **Processo nº 7/2015-SEMAS**, referente à dispensa de licitação, tendo por objeto locação de imóvel que está sendo utilizado para instalação e funcionamento do Centro de Referência Especializado (CREAS) em prol da Secretaria Municipal de Assistência Social / Fundo Municipal de Assistência Social.

Após os trâmites legais, foi celebrada a contratação direta, mediante dispensa de licitação, com a Sra. Maria das Graças Conceição da Silva (CPF 159.291.242-72), Contrato nº 20150424, no valor global de R\$7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

O termo contratual acima referido foi assinado pelas partes no dia 12 de janeiro de 2015, quando, tanto a ordenadora de despesa da Contratante, bem como a proprietária do imóvel locado (Contratada), ainda não possuíam seus certificados digitais para a respectiva assinatura virtual, porém, a minuta assinada encontra em perfeita consonância com a legalidade.

Com a proximidade do final da vigência, a Administração verificou a necessidade de prorrogação do prazo do contrato até a data de 31 de dezembro de 2016, procedendo-se, desta forma, a celebração de termo aditivo.

Assim, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, declara, ainda, que o referido processo se encontra: Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento,



publicidade e contratação, estando, desde 12.01.2015, apto a gerar despesas para a municipalidade.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Tracuateua, PA, 30 de dezembro de 2015.

Salomão dos Santos Matos
Responsável pelo Controle Interno